

TRABALHO, FAMÍLIA E MOBILIDADE SOCIAL: um estudo sobre sociabilidade operária

Jacob Carlos Lima*

RESUMO: O artigo trata da experiência de um grupo de trabalhadores fabris na Paraíba, estado sem tradição industrial, marcado por altos índices de migração e miserabilidade de sua população, subemprego e desemprego. Através da análise de trajetórias profissionais e pessoais desses trabalhadores procura-se recuperar o significado atribuído ao trabalho na fábrica, a importância do grupo familiar e das redes sociais informais na busca e manutenção do emprego, sinônimo de mobilidade social possível, e acesso a direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho fabril; trajetórias profissionais; redes informais; família; mobilidade social; direitos sociais.

Na década de 60, os estudos sobre a formação do moderno operariado fabril no Brasil e América Latina, centravam-se em alguns binômios representativos das concepções de desenvolvimento então vigentes referentes ao capitalismo por estas paragens: industrialização/urbanização, moderno/tradicional, migração rural/urbana; mobilidade social/acesso aos bens materiais e simbólicos da sociedade moderna, o meio urbano-industrial/baixa organização sindical dos trabalhadores.

Três décadas se passaram com enormes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, subvertendo teorias, planejamentos e utopias. Mas como essas transformações tem espacialidades e temporalidades distintas, quando estudamos determinados grupos sociais em determinadas regiões, nos deparamos com uma sensação de “*deja vu*”, de algo visto e superado. Todavia, numa visão mais atenta perce-

* Doutor em Sociologia pela USP; Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPb.

bemos a realidade de forma polissêmica, visão esta que permite questionar o aparentemente óbvio.

A classe operária foi revisitada, perdendo determinações e teleologias, recuperando-se experiências, cultura e cotidianidade que permitem discuti-la em sua multiplicidade, fora dos limites de sua representatividade externa-organizativa e também do chamado “chão de fábrica”, das tecnologias, dos processos. As relações sociais no mundo do trabalho passam a ser analisadas imbricadas com o mundo da vida onde fatores como família e redes de sociabilidade informais, demonstram possuir um peso antes desconsiderado. A necessidade manifesta nas condições objetivas de existência é mediada por relações, estratégias individuais e grupais, recuperadas na discussão sobre identidade social, trajetórias profissionais, organizativas e políticas. A classe como sujeito se multifaceta nos indivíduos que a compõem: homens, mulheres, crianças, jovens, velhos, com seus projetos e perspectivas.

Neste trabalho procuramos recuperar a condição operária na Paraíba a partir de sua especificidade num estado de pouca tradição fabril com parque industrial e mercado de trabalho restrito, com quase 50% da população economicamente ativa sobrevivendo no setor informal, e elevados índices de miséria, migração e demais mazelas sociais.

Nesse quadro, o emprego na fábrica significa inserção social, salário, segurança, acesso a direitos, possibilidade de profissionalização e outros significados simbólicos, apesar da efetiva precariedade do emprego industrial. É nesse sentido que nos referimos à mobilidade social destes trabalhadores, contextualizada e limitada pelas próprias características do contexto sócio-econômico regional.

Por sua vez, o emprego na fábrica é mediado por relações sociais fora do mercado de trabalho: formas de sociabilidade que respondem a estratégias individuais e familiares de sobrevivência e reprodução. Essas estratégias frente ao mundo do trabalho, elaboradas no âmbito do grupo familiar e das relações pessoais, extrapolam a mera sobrevivência material, incluindo elementos subjetivos de realização pessoal e afetividade, necessários para a viabilização de projetos de vida. Refletem uma opção dentro de um **campo de possibilidades**¹ onde os indivíduos se movem a partir de certas condições de existência. Assim, as estratégias de sobrevivência ultrapassam sua mera funcionalidade para o capital, enquanto reprodução da força de trabalho, refletindo a dinâmica cultural e o universo simbólico onde se inserem (TELLES, 1994, p.54).

¹ Sobre a discussão de campo de possibilidades e projetos veja-se Velho (1994).

A análise dessas práticas permite compreender os sentidos atribuídos pelos trabalhadores às suas condições de existência e à construção de identidades sociais.

Os dados aqui utilizados resultam de pesquisa realizada entre 1993 e 1994 na cidade de João Pessoa, operacionalizada em dois momentos. Inicialmente foi aplicado um questionário numa amostra estatisticamente significativa do universo de trabalhadores têxteis da cidade, para a elaboração de um perfil desse operariado². Em seguida foram entrevistados, em suas residências, vinte operários, contatados no sindicato e em portas de fábrica. A escolha do setor têxtil se deu por sua importância em termos de ocupação de mão de obra no setor industrial e por características de seu processo de trabalho que apontam para uma maior permanência dos trabalhadores no mercado e maior profissionalização, constituindo-se em indicadores de uma maior identidade profissional.

CONDIÇÃO OPERÁRIA E MOBILIDADE SOCIAL

Os estudos sobre mobilidade social tiveram seu auge na década 50/60 analisando os processos de urbanização e industrialização e as atitudes e projetos das distintas classes, estratos e camadas sociais. A preocupação básica estava na compreensão da chamada sociedade industrial e de um de seus atores principais: o operariado fabril, suas perspectivas de mobilização e luta e, por conseguinte, seu potencial enquanto agente da mudança social.

Entre os trabalhos significativos desse período, destaca-se o de LIPSET e BENDIX (1959) que utiliza pesquisas realizadas em diversos países sobre mobilidade ocupacional, prestígio de ocupações, etc. Definem a mobilidade social a partir do movimento dos indivíduos entre posições caracterizadas por diferentes hierarquias que pressupõem conhecimentos específicos, responsabilidades, salários distintos e valoração em termos de *status* na sociedade. A passagem de um estrato a outro na sociedade implica, por sua vez, mudanças no conjunto da vida social do indivíduo uma vez que incorpora projetos pessoais, frente a uma dada realidade objetiva, e anseios coletivos refletidos em atitudes políticas grupais para a superação de situações de desigualdade.

A mobilidade se constitui como problema sociológico com o desenvolvimento da indústria, da divisão do trabalho, do assalariamento, enfim da expansão e consolidação da sociedade capitalista com a eli-

² Este perfil foi publicado no artigo "Industrialização restrita e condição operária: os têxteis na Paraíba". Política e Trabalho(8/10).

minação dos entraves “não-econômicos” à compra e venda da força de trabalho. As transformações tecnológicas e organizacionais, a racionalização do trabalho, a qualificação-desqualificação do trabalhador provocada por essas mudanças, a eliminação de setores produtivos, o surgimento de novos, criam continuamente novas ocupações. A cultura urbano-industrial passa a reproduzir valores e comportamentos que acompanham essas mudanças, criando expectativas de mobilidade no sentido de uma maior integração à sociedade e de superação das injustiças que lhe são intrínsecas.

A valoração das ocupações acompanham a distinção trabalho manual-intelectual e suas decorrências em termos de exigências, dificuldades, força física, limpeza e ganhos auferidos. Isto acarreta problemas de identificação com classes e camadas sociais vinculadas à um desses pólos, com consequências nas lutas sociais. A concepção de classe social implícita nessas interpretações é estrutural, vinculada à posição dos indivíduos nas relações de produção, que levaria a uma identificação resultante da situação de homogeneidade da condição operária. Essa identificação poderia ser traduzida como consciência de classe.

As variações nas sociedades industriais estão vinculadas às possibilidades de ascensão ou de mobilidade vertical entre os estratos sociais. TOURAINE e MOTTEZ (1962) estudaram os efeitos da origem rural de trabalhadores industriais em suas atitudes políticas e de identificação na nova ocupação, colocando a adesão mais aos valores da sociedade urbana do que propriamente à fábrica e à condição operária. Na passagem de um meio sócio-cultural a outro, a permanência de valores do meio rural permeia suas representações acerca da mudança de condição e suas atitudes. Para os trabalhadores de origem urbana, vindos do setor terciário, o tornar-se operário representaria mobilidade descendente, dada a desvalorização do trabalho manual e a adesão aos valores de classe média.

Outra situação destacada pelos autores, que nos interessa particularmente, refere-se ao que chamam de classe operária em formação, numa fase de industrialização. Nessa perspectiva, FALETTO (1966) discute a singularidade da situação da classe operária latino-americana frente à sociedade global e suas formas de organização e ação. Retoma a origem rural recente desse operariado e sua vinculação com a autoridade “tradicional”, o paternalismo estatal manifesto nas leis trabalhistas outorgadas, a rapidez das transformações econômicas, e a baixa qualificação da mão de obra exigida pela indústria. Ao contrário da classe operária na Europa, onde discutiam-se os efeitos das transfor-

mações tecnológicas numa classe consolidada, na América Latina urgia estudar sua formação.

O migrante rural, sua baixa qualificação, as opções de ocupação oferecidas pelo meio urbano explicariam o “nomadismo” e a falta de integração de grupos operários na América Latina, bem como a permanência de projetos de retorno ao campo. De ajustamento lento e difícil ao meio industrial, o operário teria problemas com a disciplina exigida pela fábrica, o que contribuiria para a sua instabilidade.

A simultaneidade do surgimento da cultura de massas e da indústria implicou na inexistência de culturas operárias, resultando na debilidade das organizações sindicais. Assim sendo, a mobilidade social estaria voltada para a cidade e não para a indústria, já que esta não desempenharia papel relevante na formação de uma consciência de classe. O trabalho perderia seu papel de centralizador da vida social, não definindo as representações sobre suas condições de existência. A percepção da desigualdade seria dada pelo meio urbano e sua precariedade.

Uma das justificativas para esta situação advém da industrialização como projeto nacional, nesse período (anos 50/60), representando a possibilidade de desenvolvimento e modernização.

No Brasil, os trabalhos de BRANDÃO LOPES (1971)³ sobre o “novo” representado pela sociedade urbano-industrial e o ajuste de trabalhadores de origem rural na indústria, e RODRIGUES (1970) sobre operários metalúrgicos de uma indústria automobilística de São Paulo nos anos 60, foram pioneiros no estudo da relação migração-mobilidade-atitudes operárias. Destacavam o caráter recente da indústria, seus altos salários e a origem rural de parte da força de trabalho como elemento explicativo de uma atitude positiva dos operários frente à fábrica e o emprego industrial (embora negativo com referência à condição operária) e o não desenvolvimento de ideologias anticapitalistas e coletivistas entre esses operários.

Os trabalhadores caracterizavam-se pela desqualificação - possibilitada pelas novas indústrias com patamar tecnológico distinto das fábricas tradicionais, sem maiores exigências de conhecimentos anteriores - situação esta que favorecia a rotatividade operária no emprego dificultando uma maior identificação profissional e enquanto classe. Essa rotatividade implicaria em mudança de tipo de atividade, numa grande mobilidade ocupacional resultante da falta de formação profissional.

³ A primeira edição é de 1964.

A pesquisa apontava uma situação de mobilidade diferenciada segundo a qualificação do operário: “ascensão mediante a integração à classe operária” para os migrantes rurais e de áreas não industrializadas, e ascensão pelo abandono da condição operária e passagem à classe média. Essa diferença iria constituir em dificuldade para a coesão grupal e para a possibilidade de uma consciência profissional.

Dados posteriores superaram parte da interpretação feita por RODRIGUES, principalmente o destaque dado à origem rural como variável explicativa das atitudes operárias. Todavia, o estudo mantém atualidade nas análises das representações operárias sobre o trabalho, a qualificação e permanência no meio sócio-cultural operário, embora seja discutível a relação qualificação-mobilização.

Os estudos sobre mobilidade foram seguidos por pesquisas sobre marginalidade social e os limites do emprego industrial e urbano. Para os críticos dos estudos da mobilidade social, as análises sobre marginalidade eliminaram o caráter otimista da mobilidade para cidade, revelando a outra face desse processo (SADER, 1988).

No final dos anos 70, os estudos sobre classe operária, mudaram de enfoque, decorrentes das mudanças político-econômicas, do fim do projeto nacional desenvolvimentista e da consolidação de um moderno parque industrial. Da mobilidade social de uma classe em formação passou-se a analisar sua mobilização efetiva, bem como suas formas de luta e o novo sindicalismo. Privilegiou-se a relação Estado-sindicato-partido de um lado e, por outro, os determinantes do processo de trabalho, no despertar de uma nova consciência política e a resistência no cotidiano do trabalho. A fábrica e sua organização da produção, as inovações tecnológicas e a insatisfação operária, passaram ao centro das preocupações, aproximando-se agora do referido por FALETTO sobre os estudos europeus dos anos 60⁴.

O contexto, evidentemente, é outro. A mobilização operária se dá conjuntamente com uma ampla mobilização de setores médios e populares num momento de redemocratização política e da progressiva redução do peso numérico dos trabalhadores fabris. A metropolização da sociedade brasileira, o crescimento das chamadas massas marginais, o subemprego mascarado em setor informal, colocam novas variáveis na determinação e manutenção de identidades profissionais e de classe. Diversificam-se os enfoques sobre a classe operária, ressaltando sua diversidade e heterogeneidade, convivendo estudos centrados na relação classe-sindicato-partido, fábrica-processos de trabalho-resistência, e o extra-fábrica, o cotidiano operário - família, a vizinhança, enfim a

⁴ Veja-se HUMPHREY (1982) PEREIRA (1979) entre outros.

cultura do grupo como elemento identitário, seguindo os passos dos estudos de THOMPSON (1987) e da revisão da abordagem marxista tradicional.

De modo que, cada vez mais, a condição operária dilui-se nas condições de vida, trabalho e reprodução de amplos setores da população agregados sobre o termo “classe trabalhadora”, residente nas metrópoles saturadas de migrantes e desempregados. Todavia podemos afirmar que a especificidade operária desaparece? Parece que não.

Modifica-se o trabalho industrial e, em certa medida, o perfil dos operários fabris. As exigências da fábrica com relação a conhecimentos mínimos como leitura, escolaridade, habilidades, dificulta a entrada de migrantes recentes, pelo menos na grande indústria. Estes tem a sua “socialização” no mercado de trabalho urbano no chamado setor informal, em pequenas indústrias e oficinas até conseguirem um emprego numa fábrica maior o que, para o trabalhador com pouca escolaridade e qualificação, representa a possibilidade de ascensão social, pelos maiores salários e, em alguns casos, pelo desenvolvimento profissional.

Ao estudarmos uma região como o Nordeste onde o processo de industrialização é limitado, com restritas possibilidades de emprego no mercado formal - e os direitos sociais que implicam - o emprego industrial pode se constituir numa saída efetiva de uma condição, se não de pobreza, mas de miserabilidade. Todavia, os caminhos até chegar a esse emprego, para uma população sem qualificação alguma, são tortuosos, implicando em “estágios” migratórios nas capitais regionais e do “sul” do país, vendendo bugigangas no informal ou carregando tijolo na construção civil. As estratégias na conquista de um emprego na fábrica são distintas e passam, inevitavelmente, pelas redes sociais informais representadas pelo grupo familiar, amigos e conhecidos que abrem acesso aos mercados de trabalhos setoriais. Processo este implícita ou explicitamente utilizado pelas empresas na reposição de sua força de trabalho.

A MIGRAÇÃO COMO PROJETO INDIVIDUAL E FAMILIAR

Uma das características básicas dos trabalhadores paraibanos é sua condição de migrante. Rural ou urbana, as condições concretas de existência os tem obrigado a sair de seus locais de origem em busca de melhor sorte. Essa busca pode ser individual ou incluir-se em estratégias do grupo familiar para a subsistência do grupo.

Estudando migrantes rurais na cidade de São Paulo, DURHAN (1970) destacava a importância da família, dos amigos e conterrâneos,

como instrumento de integração no universo urbano e, mais ainda, ocupacional. As relações pessoais teriam um peso decisivo para esses indivíduos, dadas suas dificuldades “culturais” em utilizar a impessoalidade característica de uma sociedade cada vez mais racionalizada, representada pela grande cidade.

Essas relações pessoais estabeleceriam critérios de escolhas ocupacionais, que implicariam em conhecer como disputar certos empregos, como se qualificar, etc. Essas escolhas iniciais, por sua vez, teriam um peso decisivo na carreira seguida por esses indivíduos e seu grupo familiar. O emprego e a moradia levariam a uma expansão das relações sociais, ampliando o círculo de relações, de informações e possibilidades delas decorrentes. Nesse quadro, as relações de parentesco e suas obrigações recíprocas, funcionariam como ponto de referência e de segurança frente aos problemas a enfrentar. Mais do que desestruturar o grupo familiar, a migração para a cidade o recomporia, agindo como unidade de consumo, cooperação e reelaboração de valores e representações (1973).

Ainda seguindo DURHAN, a migração resultaria de estratégia familiar de reprodução de seus membros. A necessidade determina a saída, mas necessidade não apenas determinada pela fome ou miséria, mas a necessidade de um “futuro”. Esse futuro estaria bloqueado pelas condições objetivas de existência: a ausência de terra, terra pouca, a falta de opções de emprego na cidade pequena. Quase não existe referência a trabalho e sim a emprego, que abre - em certa medida, no imaginário desses trabalhadores - o acesso aos benefícios urbanos (FALETTO, p.323).

As saídas para a cidade estariam vinculadas à existência de um grupo de referência no local de destino, mais precisamente os parentes, que garantiriam a infra-estrutura básica de instalação e de um possível emprego.

A Paraíba é um dos estados do Nordeste que mais expulsam sua população. Uma média de cinco ônibus diários liga o estado às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo grande o movimento de passageiros o ano todo. A migração para o Sudeste é vista pelos trabalhadores como possibilidade real de mobilidade social, com um projeto de melhoria de suas condições de vida e trabalho, enfim de sua situação de classe.

CAPELLIN (1990) demonstrou, em pesquisa realizada com 154 trabalhadores residentes em cinco municípios paraibanos e vinculados a indústria ou agricultura, que, aproximadamente, a metade destes viajavam ou já tinham viajado pelo menos uma vez para o “sul” em busca

de trabalho (1990, p.14). Segundo CAPELLIN, a experiência da migração é “ressocializadora”. A partir da mudança do campo para a cidade, da cidade pequena para grande, os trabalhadores se confrontam com novas relações sociais, ampliando seus conhecimentos, aspirações e redirecionando seus projetos de vida e trabalho. No retorno, essa experiência acumulada permite uma reelaboração da relação desses indivíduos com seu local de origem (1990, p.17).

Entre os operários têxteis entrevistados apenas dois disseram que nunca pensaram em sair de João Pessoa. Nasceram na Paraíba, um na capital e o outro no interior. Os demais, nascidos ou não na capital, ou planejaram (com demissão do emprego e tudo) ou foram efetivamente para o “sul”.

As trajetórias de dois operários evidenciam a mobilidade espacial desses trabalhadores e sua dependência dos laços parentais na viabilização dessa mobilidade:

José trabalhou no sítio até os 20 anos. Um irmão e um primo que estavam em Niterói escreveram perguntando se ele queria trabalhar numa lanchonete. Ir para o Rio de Janeiro era um sonho. Tomou um ônibus e foi embora. Na Rodoviária o irmão o esperava junto com o dono da lanchonete. Ficou um ano e pouco trabalhando em Niterói e depois foi trabalhar no Rio de Janeiro, novamente seguindo o primo e o irmão, onde ficou um total de sete anos. Entre Niterói e Rio de Janeiro, voltou a Pilar (Pb) onde passou um mês, casou e retornou ao Rio. Ganhava muito bem no Rio, recebia muitas gorjetas na lanchonete da Praça 15 e estava com um dinheiro bom na poupança. Deu **saudades** da família (os pais tinham vindo ao Rio mas não se adaptaram e foram morar com uma filha em Santa Rita, na Grande João Pessoa). Na Paraíba além dos pais estavam mais três irmãos. Voltou comprou uma casa do lado dos pais. O cunhado arrumou emprego na fábrica.

Mário, trabalhava desde os oito anos no roçado da família em Lagoa Branca, um povoado na fronteira do Rio Grande do Norte. Com 10/11 anos a família mudou-se para João Câmara (RN) onde trabalhou como “clandestino” em posto de gasolina e lanchonete. Aos 17 anos foi para São Paulo onde um amigo lhe indicou uma metalúrgica onde começou a trabalhar como ajudante. Depois, também por indicação de um amigo, foi trabalhar como frentista num posto de gasolina ganhando mais. Outro amigo lhe indicou uma metalúrgica para onde foi trabalhar como operador de máquinas. Depois de quatro anos de São Paulo ficou com **saudades** dos pais que não via esse tempo todo, se demitiu e voltou para João Câmara. Passou seis meses na cidade, casou e voltou com a esposa para São Paulo. Não

deu certo: não conseguiu emprego e teve que se virar pegando “empreitadas” na construção civil. Em 1984 estava de volta em João Câmara. Nesse momento inicia-se a construção de um gasoduto que ligaria a cidade até Natal. Ficou dois anos neste emprego com três entradas: a cada trecho da obra pronto ele era demitido e recontratado no outro trecho. Mudou-se para Pernambuco acompanhando a empresa. A família ficou em João Câmara. Trabalhou como motorista, operador de máquina e auxiliar de mecânico. Visitava a família nos finais de semana. Terminada a obra foi para João Câmara. A terra tremeu e rachou sua casa, deixando-o desgostoso. Foi visitar uma irmã em Santa Rita, que convidou-o a mudar-se com a família pra lá. Um amigo do cunhado arrumou um emprego na fábrica.

Todos os que migraram algum dia justificaram a partida pela necessidade de melhorar de vida, arranjar uma profissão - largar a enxada e arrumar um emprego com direitos. Segundo um testemunho *a profissão que meu pai aprendeu foi a enxada, ainda hoje ele comenta que se sente feliz porque os filhos dele não seguiram seu destino*. O futuro estaria na cidade.

O meio rural foi o ponto de partida; a partir daí a mobilidade espacial é uma constante, mobilidade que extrapola as fronteiras regionais, acompanhando o mercado de trabalho “nacional”. As referências a famílias são também uma referência ao local de origem. Acompanham amigos ou parentes - não apenas na saída, mas nos diversos empregos na mesma cidade ou em outras; e retornaram por causa deles. No retorno, essa necessidade assume um papel secundário frente a questões existenciais mais prementes, já que a única vantagem de residirem no sul do país é a possibilidade de emprego (CAPPELIN, 1990). A **saudade** se superpõe à necessidade originária que os fez migrarem, e minimiza possíveis fracassos. Nenhum dos dois precisava voltar, estavam empregados, mas sentiam falta dos pais e irmãos.

No retorno, a reintegração passa a depender igualmente de relações familiares e de amizade. A volta nem sempre é para a cidade de origem e sim para a capital do estado, com mais possibilidades concretas de trabalho, ou nas proximidades, enfim “**onde der**”. De qualquer forma é um retorno para “**casa**”, para as mesmas referências culturais.

Mesmo não existindo, em tese, o problema de adaptação, no retorno as relações pessoais são fundamentais, ajudando na incorporação das referências específicas do local de chegada.

A individualização da vida urbana passa pelas mediações pessoais (SADER, 1988). A família, os parentes, garantem, por um tempo, a infraestrutura necessária para a instalação, assim como intermediam empre-

gos, constituindo-se em fonte primária de informações e indicações, além do aspecto afetivo de reestruturação e atualização de valores.

A casa própria é um fator de estabilização para a família operária. Apesar dos baixos salários, ganhar um salário mínimo fixo, ter carteira assinada e, se possível, contar com a ajuda de outros membros do grupo familiar que trabalham, facilita o acesso a programas de casas populares, loteamento de terrenos na periferia e a auto-construção.

A casa própria significa economia nas despesas do grupo familiar com a eliminação do aluguel, apesar de implicar maiores distâncias do trabalho e dos bairros com mais e melhores equipamentos urbanos. Também é um sinal de êxito para o trabalhador que conseguiu vencer uma etapa significativa, que é a garantia do teto⁵, além de certa segurança que inexistente no mercado de trabalho. Mais uma vez a estratégia familiar é um elemento importante no acesso à casa própria: a informação sobre terrenos próximos, a construção da casa em parte do terreno garantem a independência do núcleo familiar primário e a proximidade do grupo mais amplo com todo seu significado de cooperação, a ajuda na construção, etc.

Uma operária relata que seu companheiro morava na casa com a mãe. Quando foram morar juntos, não tinham condições de comprar casa ou pagar aluguel pois estavam desempregados. Assim ficaram morando com a sogra. Depois de um ano construíram uma casa nos fundos do quintal. Outro operário afirma que foi morar no bairro do Cristo à convite de um irmão de criação que tinha um quarto sobrando. Depois comprou um terreno perto e construiu. Outro operário comprou uma casa do lado do pai e da irmã. Não gosta do bairro, mas a família mora toda lá, nas palavras do operário: *não foi opção, minha irmã morava ali, fui direto pra casa dela*. De qualquer forma, mesmo com os parentes, procura-se sempre a casa própria, no mesmo quintal, mas separada. Muito junto também não dá certo. O modelo de família é a nuclear, o operário, mulher e filhos. As exceções se dão quando as famílias são comandadas por mulheres. Nesses casos além dos filhos agregam-se, geralmente, a mãe e irmãos.

A importância da família entre trabalhadores não se limita a migrantes. DURHAN estuda o conservadorismo operário nas relações familiares e a centralidade da família em suas valorações sociais. Mais uma vez, a família surge como unidade de consumo e cooperação, estando a reprodução do grupo satisfeita coletivamente através de sua unificação

⁵ Segundo DURHAN(...) Para uma população sujeita a períodos de desemprego, a casa própria garante a satisfação permanente da necessidade fundamental de abrigo e alojamento; em caso de necessidade, a alimentação pode ser provida através de biscates ou qualquer ocupação marginal e temporária(...)(1973, p.174).

e redistribuição. Em contraposição ao trabalho, cada vez mais parcelizado e individualizado, desvinculado de qualquer realização pessoal, a família aparece como o objetivo ao qual o trabalho se subordina (DURHAM,1980).

Inverte-se, dessa forma, a relação trabalho-reprodução da força de trabalho, onde ao trabalho é atribuído a centralidade na organização da vida pessoal. Ao nível da representações dos trabalhadores, a família aparece como central, onde realiza-se o consumo, nas palavras de DURHAM a “*área de liberdade, em oposição à construção do trabalho*” (1980, p.208)

A CIDADE E A FÁBRICA: O SIGNIFICADO DO EMPREGO INDUSTRIAL.

João Pessoa está longe de se caracterizar como cidade industrial. Como em grande parte das capitais nordestinas, as indústrias se instalaram a partir dos programas estatais de desenvolvimento, via SUDENE, nos anos 60-70. Com exceção de Salvador, Recife e Fortaleza com parques industriais mais consolidados e de maiores dimensões, as demais capitais constituíram distritos industriais com poucas unidades de maior porte e com permanência instável. Nesses distritos, os edifícios industriais abandonados competem, em número, com as fábricas ainda em funcionamento.

Na Paraíba os incentivos à industrialização resultaram em dois distritos industriais na área da Grande João Pessoa e um em Campina Grande, que concentraram os investimentos mais significativos. João Pessoa ficou com unidades de maior porte, filiais de grandes empresas do sul do país principalmente na área têxtil, de vestuário e de bebidas. A instalação dessas indústrias não teve efeito multiplicativo dado o caráter de externalidade do processo: produção para mercados do sul do país, matérias primas, máquinas e equipamentos vindos do sul do país, etc.

De qualquer forma, a implantação dos distritos industriais implicou em novos empregos, aumentando o processo de migração campo-cidade. Até a década de 60 o Estado contava com duas grandes fábricas têxteis fundadas no final do século passado e início deste, nos municípios de Santa Rita (a Tibiry) e Rio Tinto, além de unidades menores em Campina Grande e João Pessoa. As unidades de Rio Tinto e Santa Rita contavam com vilas operárias e relativa concentração de trabalhadores, sendo os únicos casos que poderíamos referenciar de uma provável cultura fabril.

As novas fábricas instaladas aproveitaram até certo ponto a mão de obra oriunda dessas fábricas. O novo patamar tecnológico de seus equipamentos tornaram obsoleto qualquer conhecimento anterior, favorecendo o recrutamento de trabalhadores sem experiência, formados agora dentro de novos padrões técnicos e organizacionais.

Depois de 20 anos de implantação dos distritos, já existe um operariado formado, cuja característica básica é sua mobilidade espacial. Migrante ou filho de migrantes, acompanha um mercado de trabalho que extrapola a cidade, o estado, a região.

Mesmo atraída pelas possibilidades abertas com a instalação de novas fábricas, a migração para João Pessoa resultou mais do processo de expansão capitalista no meio rural, da concentração de rendas e terras, e do binômio latifúndio-minifúndio que impossibilita a permanência dos trabalhadores no meio rural, expulsando-os. Enfim, da secular miséria nordestina, agravada nas últimas décadas pela “modernização” onde não existe relação direta entre industrialização e urbanização.

Com isso a migração para as cidades tinha nestas o objetivo e as expectativas de melhora de vida. Neste contexto, a fábrica se colocava como uma possibilidade, não como meta. O mesmo pode ser dito com relação aos não migrantes, embora nestes casos, a ida à fábrica indique certa compreensão da situação de mercado de cada um e, consequentemente, as opções possíveis.

A fábrica em si não atrai o trabalhador, por estar associada ao trabalho manual, socialmente desvalorizado⁶. A fábrica é percebida como consequência natural da “falta de opções” para quem não estudou e não tem uma profissão. Seria a alternativa mais fácil e, para alguns, inclusive, a mais **leve**. Nesse ponto existe uma dubiedade: não dando *status* para o trabalhador, quem vai para fábrica é porque não sabe fazer outra coisa; ao mesmo tempo significa uma melhora frente as condições anteriores de trabalho manual e de carências. A máquina profissionaliza.

Josineide não tinha nenhum “curso” que a possibilitasse trabalhar em outra coisa. Para ela fábrica é a única coisa fácil de se trabalhar, embora considere a pior opção. Melhor seria ser recepcionista, vendedora, coisas assim.

Miguel declarou que procurou a fábrica primeiro porque não tinha “leitura” e não conseguiria emprego melhor e, segundo, por que tem problemas de saúde e não poderia trabalhar em serviço “**pesado**”

⁶ Veja-se FALETTTO (1962); Rodrigues (1970); TOURAINE e MOTTEZ (1962).

como a construção civil e, por fim, não queria ficar trocando o tempo todo de emprego - o que acontece nas empreitadas da construção.

A segurança da carteira registrada levou Severino à fábrica. Estava noivo e queria se "ajeitar". Para ele, a fábrica possibilitaria esse "ajeito" e mesmo um dinheirinho a mais.

Também José preferiu a segurança, embora tivesse condições até de ter um negócio próprio. Migrante retornado, ficou com medo de investir o dinheiro conseguido, em anos, no sul do país. Preferiu a fábrica, onde além de conhecer o serviço tinha parentes lá dentro, o que reforçava o caráter "seguro" do emprego, além de ser uma referência afetiva. Segundo ele,

...foi destino, porque tinha dinheiro - não sei se você conhece a padaria que tem aqui atrás do Correio,...,eu não comprei porque não quis. Sabe qual era o meu medo? de comprar um negócio, empregar meu dinheiro e não dar certo. Eu pensei, vou trabalhar e boto o dinheiro na poupança(...) também pensei em ir pra fábrica porque já trabalha o meu cunhado e o irmão dele que nascemos e nos criamos juntos em Pilar...

Deve ser ressaltado que a "facilidade" do trabalho fabril, decorrente da parcelização e decomposição de tarefas, implica também numa "profissionalização rápida", um saber fazer específico, a destreza e conhecimento da utilização de determinadas máquinas, sendo, portanto, um "cortar caminho" na busca de uma situação melhor no mercado, pelo menos uma ilusão de mobilidade. Nessa situação a falta de "curso" ou "leitura" não se constituiria num grande problema.

Cleverson tem uma trajetória típica do migrante na cidade. Originário da agricultura, migrou, começando na construção civil e percebendo a fábrica como melhora de vida dentro de suas possibilidades concretas:

...quando cheguei aqui eu comecei a trabalhar na construção, mas quem é que não quer mudar? Eu via minha prima trabalhando naquela fábrica, era mais maneiro, saía cheia de algodão, mas eu sabia que era na sombra, eu tinha vontade de aprender a rodar uma máquina. Quando eu morava em Brejo de Areia, minha mãe lavava roupa de ganho, eu ia apanhar roupa na cidade, mas morava no sítio ainda e quando eu ouvia o barulho daquelas máquinas batendo...

Nesse depoimento, um elemento novo na fala: o trabalho na **sombra** mais "maneiro", assim como anteriormente outro operário falava em **leveza**. Os dois termos desaparecem na fala de trabalhadores

não migrantes, sem a experiência de trabalho no campo e da construção, que se aproximam no **peso** - da enxada, do carregamento de cimento e tijolos, da exposição ao sol e a chuva. Ao lado da **sombra**, a poluição da fábrica - a prima *saía cheia de algodão* - mas que em sua visão seria mais satisfatório. Além disso atrai o conhecimento das máquinas, a possibilidade real de domínio sobre seu funcionamento e os ganhos advindos desse conhecimento. Talvez pudéssemos acrescentar a sensação de **movimento** do barulho das máquinas frente a **lenta** passagem do tempo no mundo rural e a sensação de **imobilidade**. A realidade do trabalho na fábrica mudou sua concepção do trabalho fabril, embora tenha permanecido o sentido de ascensão na mudança.

Comum em todos os depoimentos é o sentido de **segurança** na fábrica, que num primeiro momento pode parecer paradoxal. Afinal, a desqualificação do trabalho, sua parcelização, as mudanças tecnológicas e organizacionais, bem como as políticas internas de “enxugamento de custos” são fatores que não favorecem a estabilidade no emprego. Ao contrário, a **instabilidade** caracteriza a condição operária.

Todavia, se considerarmos o contexto paraibano, com os limites do emprego “formal” e, por conseguinte, do acesso aos direitos formais, desaparece essa aparente contradição. O trabalho na fábrica significa, pelo menos por algum tempo, salário no final do mês, acesso a serviços médicos e outros normalmente oferecidos na própria fábrica. Por outro lado a rotatividade nas fábricas têxteis - em seu conjunto - não chega a ser extrema, dada a necessidade de contar com mão de obra minimamente treinada. O tempo médio de emprego, nas têxteis pessoenses está em torno de dois anos (LIMA, 1994). No geral, embora afirmassem que gostariam de outros tipos de trabalho, recuperando-se as trajetórias dos trabalhadores, a fábrica criava uma marca de **distinção** de trabalhadores **profissionalizados** que daí pra frente procuravam empregar-se preferencialmente em outras fábricas. Na impossibilidade, nova emigração, busca de outras fábricas na cidade ou nos estados vizinhos⁷.

Dessa forma, o trabalho na fábrica seria uma opção, dentro das possibilidades oferecidas a esses trabalhadores. As “vantagens” do emprego não eliminam, contudo, a percepção da concretude do trabalho fabril.

As avaliações sobre o trabalho na fábrica são negativas em sua maioria. Quando positivas, referem-se à sociabilidade, aos amigos, a uma situação de “igualdade” de condições com os colegas, ou mesmo

⁷ Em pesquisa realizada com desempregados em São Paulo, HIRATA e HUMPHREY (1994), destacaram a preferência do operário industrial em retornar ao trabalho fabril e sua resistência a aceitar trabalhos precários.

ao fato da empresa “**ter ajudado**” ou ser muito boa. As negativas são recorrentes na história operária: as cobranças, a hierarquia, as humilhações, o cansaço, os baixos salários.

A disciplina e a hierarquia ferem profundamente o sentido de autonomia do operário. O ser vigiado permanentemente, ser chamado atenção por superiores (que na visão dos trabalhadores sabem menos - afinal são eles que efetivamente trabalham com as máquinas) é um fator de auto-desvalorização, enquanto profissionais. Daí as respostas de que a fábrica é, como vimos acima, pra quem não tem um “**curso**”, “**não sabe fazer outra coisa**” é “**mais fácil de entrar**”, etc. Trabalhar na fábrica termina sendo, para alguns, uma estigmatização.

É nesse sentido que José explica como se sentiu ao entrar na fábrica:

...a gente tinha um pouco de receio quando dizia que trabalhava de noite, o cara vinha com gozação porque era fábrica, era emprego de quem tinha pouco estudo, peãozada mesmo. Hoje acabou a discriminação, graças a Deus, daquele que consegue um emprego. A gente nem pergunta quanto ele está ganhando...

A discriminação é, ainda por cima, hierarquizada. Apesar de serem todos operários - **por não saberem fazer outra coisa** - trabalhar no período noturno é desmoralizante, potencializando, na representação dos trabalhadores, a percepção de subalternidade. Situação essa alterada com a ameaça do desemprego, colocando todos na vala comum da necessidade.

Uma jovem operária atribui a humilhação de trabalhar na fábrica ao fato de circular em vários serviços e ter “muita fofoca, muita gente baixa em fábrica”. Nessa desvalorização do trabalho que executa, a operária se auto-desvaloriza e se auto-justifica, afinal não estudou, não dispõe do instrumento legitimado socialmente que possibilitaria a mobilidade social:

hoje em dia a gente sem estudo, sem ter currículo, a gente não representa nada. Hoje em dia se quer **qualidade** e não quantidade. Nessa empresa que eu trabalho, pode ser um gênio, se não tiver um curso técnico, não é ninguém..."

Um operário declarou gostar muito de trabalhar na fábrica. Foi recentemente contratado pela maior fábrica têxtil da cidade, segundo ele por pressões de numerosos amigos que ele tem lá dentro. Os amigos tornam o serviço algo agradável. O mesmo afirma um operário que se tornou sindicalista e conhece todo mundo na fábrica. Gosta do que

faz, embora não suporte supervisor e gente atrás dele. Esse “**abuso**” é compensado pela **sociabilidade**.

Do outro lado, o emprego na fábrica é confundido como uma dívida dos patrões. Nevinha afirma que a empresa a ajudou muito. Ela comprou uma casa, paga as despesas da filha e ajuda o marido com o dinheiro recebido na fábrica. Desconsidera que a “**ajuda**” foi paga com trabalho diário. Essa confusão é desfeita em seguida, dizendo que quando puder vai trabalhar em outra coisa, num trabalho mais **leve**. A **leveza** é aqui entendida como trabalho fora da fábrica - **não manual**: recepcionista, vendedora numa farmácia, ou trabalhar num hospital. Sem experiência na “roça” ou na “construção” o trabalho “**maneiro**” não é dentro da fábrica.

Assim, o fato de estarem satisfeitos na fábrica não significa satisfação em ser operário. Talvez não haja outro jeito, dentro das condições objetivas em que vivem. O trabalho manual, **pesado** e **sujo**, que caracteriza as ocupações fabris, é visto negativamente pelos operários que muitas vezes idealizam a **limpeza** do trabalho em escritório - que em tese seria o oposto - **limpo**, mais intelectual, **leve** (veja-se RODRIGUES, 1970; DEJOURS, 1988). Por outro lado, o processo de trabalho na fábrica com sua disciplina, controle, divisão do trabalho, monotonia, ausência de liberdade e autonomia, retira qualquer significado à atividade em si, fazendo com que a representação do operário sobre seu trabalho seja de desvalorização.

MERCADO DE TRABALHO E REDES DE SOCIABILIDADE

De forma geral as fábricas, independentemente do grau de modernidade, mantém, como política de recrutamento de seus operários, a indicação de parentes e conhecidos de seus próprios trabalhadores. Algumas pesquisas têm demonstrado que a indicação por familiares, amigos ou conhecidos se constitui no “grosso” dos empregos conseguidos, seja no setor “informal” (LAUTIER, 1993), seja no “formal”, entre operários selecionados por fábricas (LIMA, 1992).

Este fato não é recente. LEITE LOPES (1988) demonstrou ser este o método utilizado por fábricas pernambucanas na formação e manutenção de sua força de trabalho nas primeiras décadas deste século, num momento onde a oferta de trabalhadores era restrita. Famílias inteiras eram recrutadas no interior do estado e de estados vizinhos, assim como agregados, que passavam a morar na cidade da fábrica, com uma divisão do trabalho onde, praticamente, todos os membros eram empregados, seja na produção, seja em atividades de apoio, cria-

ção de animais, roçados, etc., que garantiam a reprodução da força de trabalho a um custo baixo.

Esse procedimento foi abandonado progressivamente a partir dos anos 50, com a desativação das vilas operárias. Já estava criado um exército industrial de reserva para as fábricas, e o Estado passou a assumir - em tese - o ônus da reprodução da força de trabalho. O paternalismo nas relações capital-trabalho dá lugar progressivamente à racionalidade capitalista⁸, embora com ritmos e espacialidades distintas, dependendo do desenvolvimento industrial da região. A racionalidade dos processos de trabalho e das relações de trabalho convivem com formas que aparentemente recriam métodos e procedimentos “tradicionalistas” mas que respondem a uma funcionalidade determinada pelo capital. É nesta perspectiva que mantêm-se redes sociais informais no recrutamento, pelas empresas, da força de trabalho⁹. Dificilmente a empresa recruta operários no interior ou em outros estados (com exceção dos grandes projetos como barragens, estradas), mas utiliza-se de seus trabalhadores na divulgação de suas necessidades de mão de obra.

Para o trabalhador, o fato de sua indicação ter sido aceita funciona como elemento adicional de pressão sobre o indicado no sentido de disciplina e envolvimento no trabalho. Para o trabalhador indicado, acontece o mesmo, implicando em obrigações com o colega que o indicou. Assim, estabelece-se intrincada rede de obrigações mútuas entre colegas de trabalho que mantém, por sua vez, certa “reserva” no mercado de trabalho àqueles que participam destas redes sociais. Entram aqui de forma privilegiada os operários de outras fábricas, com experiência consolidada, e pertencentes ao “meio”, colegas, conhecidos e parentes.

Com a instalação do distrito industrial em João Pessoa, o recrutamento inicial deu-se entre trabalhadores oriundos de escolas técnicas, que foram treinados para transformarem-se em operários. Funcionavam, nesse momento, a porta de fábrica e as informações passadas por redes informais. Foram recrutados, também, ex-operários de fábricas, como Tibiry e Rio Tinto - com experiência, mas em equipamentos obsoletos. Estes foram aproveitados e treinados em novas máquinas e funções, adequando-se às normas disciplinares/organizacionais das novas fábricas.

Dentre nossos entrevistados apenas dois afirmaram que arrumaram seu emprego atual *passando lá* na fábrica. Um deles tinha a informação que existiria a possibilidade de emprego, diminuindo o fator

⁸ Veja-se a discussão de BRANDÃO LOPES (1971) sobre as relações pessoais estabelecidas entre patrões e empregados em fábricas do interior de Minas Gerais em pesquisa realizada em 1958.

⁹ Sobre Redes Sociais veja-se BOTH (1976), BARNES (1987), LAUTHIER e MARQUES-PEREIRA (1993).

“acaso”. O outro atribui a procura a esforço próprio. Os demais, alguém indicou.

José disse ter um concunhado que sugeriu procurasse a fábrica que estava precisando de gente e o teste era fácil. Ele fez a inscrição e o concunhado **acho que deu meu nome lá**. Edmilsom afirmou que foi um colega de seu irmão que arrumou uma vaga pra ele; Mário foi o amigo do cunhado; Severino foi o amigo que ajudou, e assim por diante. Pode ser uma mera indicação de que existe vaga na empresa, mas para o operário essa informação somada à indicação do nome do trabalhador no departamento de seleção, adquire um simbolismo muito forte, justificando o fato de ter sido selecionado, independente dos requisitos exigidos para o emprego.

Mais que fator de integração do migrante (BERLINCK, 1975; DURHAN, 1976; SADER, 1988), as redes sociais informais, através de parentela e dos conhecidos, constituem-se em fator importante, embora não exclusivo, de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, formalizado ou não. Situação esta mantida mesmo com a “racionalização” da organização do trabalho e do recrutamento de mão de obra, através de modernas teorias organizacionais. Por sua vez, o mercado de trabalho funciona como fator de circulação, de interação social ligada a novas experiências, favorecendo a construção de identidades sociais (VELHO, 1994, p.21).

SOCIABILIDADE E PAPÉIS SOCIAIS

As amizades feitas no ambiente de trabalho são um fator importante na satisfação do indivíduo com o emprego que tem, já que o trabalho parcelado em si já perdeu sua significação. A sociabilidade implica numa maior solidariedade que se manifesta em vários momentos, dentro e fora da fábrica.

Alguns percebem a necessidade de amigos no trabalho como exigência política: dar-se bem evitando inimigos e, portanto, problemas. Outros consideram as amizades da fábrica boas apenas para convívio na fábrica, desvinculando-se delas na vida cotidiana. Seria, talvez, uma manifestação da recusa da própria condição operária, já que, por considerarem negativo trabalhar na fábrica, não gostariam de estabelecer relacionamentos sociais mais íntimos com pessoas na mesma situação. Por outro lado, o próprio ritmo de trabalho na fábrica, dificulta o aprofundamento de relações, assim como a rotatividade no emprego. Essa situação é bastante comum e se caracteriza por aquelas amizades

que acompanham os empregos e desaparecem com desempregos ou mudanças de empresas.

Outro fator que medeia as relações de amizade - e que extrapola o trabalho em si - é o casamento que limita o convívio do casal, tanto para homens como - em maior medida - para mulheres. O casamento estabelece uma unidade econômica, afetiva e sexual, onde sua reprodução provoca uma limitação do contato social e das atividades sociais, de forma geral. Existem também normas aceitas socialmente que estabelecem o comportamento “adequado” para os(as) casados(as). Dessa forma, a tendência dos casais é se voltarem para dentro de casa, reduzindo seus relacionamentos sociais ao grupo familiar. Uma justificativa é a administração do tempo escasso existente entre o trabalho e a vida cotidiana.

Nevinha declarou que tinha uma amiga na fábrica e que se visitavam com frequência e saíam juntas. Depois que casou deixou de sair. Nos dois dias de folga (o regime de trabalho é seis dias corridos e dois de descanso), utiliza o primeiro para fazer o serviço de casa, lavar roupa, limpeza, uma vez que nos outros dias chega muito cansada e não tem ânimo para fazê-los. No segundo dia, que afirma ser seu dia de lazer, fica na casa da mãe. Helena tem amigos só na fábrica, não visita nem é visitada. Nos dias de folga dorme para descansar ou leva o filho ao médico.

Chico afirmou que se sente aliviado quando sai da fábrica. As horas que sobram são para repouso, já que não tem dinheiro pra muita diversão. Militante sindical, utiliza um dia para assistência no sindicato e outro para ficar com a família em casa. Severino disse que a amizade com os colegas de trabalho é só na fábrica mesmo. Tem amigos fora **mas não é pra esse negócio de bebida, é só encontrar pra conversar**. Nas folgas aproveita para descansar, assistir televisão, jogar uma bolinha.

E assim sucedem-se depoimentos: *ficar em casa arrumando alguma coisa, assistindo televisão, fazendo uma compra, etc.* A diferença entre homens e mulheres já foi discutida por diversos autores que demonstraram a dupla jornada feminina. O homem também ajuda nos afazeres domésticos, mas com maior disponibilidade para a esfera pública, a atividade sindical, o jogo de bola, a cerveja no bar. Ao contrário das mulheres que dão um jeito na casa, cuidam de filhos, visitam a família, restritas à esfera privada.

Historicamente, a indústria têxtil tem se caracterizado pelo contingente feminino de sua força de trabalho. O desenvolvimento da maquinaria, a diminuição das exigências de habilidade e força levaram ao

uso da força de trabalho feminina e infantil, com menores custos para o capital (MARX, 1975). Existe uma mobilidade, na indústria, entre tarefas femininas e masculinas. Por exemplo, na fiação a preferência feminina é justificada por características próprias ao sexo, como maior habilidade, delicadeza, etc. No geral essa **naturalização**, escamoteia a desqualificação do trabalho feminino, refletida nos menores salários. Segundo SOUZA-LOBO, o salário feminino na indústria brasileira, seria 40% igual ou inferior ao salário masculino (1991, p.121).

Esse dado, aliado à baixa participação feminina na indústria têxtil local (lembrar que a indústria têxtil foi pioneira na utilização de mulheres e crianças, havendo no Brasil, quando não maioria feminina ao menos um equilíbrio entre homens e mulheres) revela duas ordens de fatores: a primeira de natureza econômica, reflete o desenvolvimento econômico da Paraíba, uma industrialização e um mercado de trabalho limitados, onde a presença masculina é preponderante. Cargos tidos como femininos são ocupados por homens pela escassez de empregos oferecidos no mercado e pela precedência do “chefe de família” provedor. O segundo, tal qual o primeiro, reflete ainda fatores de ordem cultural, numa sociedade onde o papel da mulher continua predominantemente doméstico, garantindo a reprodução do grupo familiar. Esta questão é discutida por ALVIM e LEITE LOPES (1989), ao relatarem as estratégias da Fábrica de Tecidos Paulista, em Pernambuco, para obter mão de obra feminina: o emprego da família inteira na cidade-fábrica com a progressiva redefinição dos papéis familiares, com as filhas liberadas para a fábrica.

Pesquisa com operários pernambucanos apontava para uma representação do trabalho feminino como resultado da “falta de homem em casa”, mulheres sozinhas e com filhos que são obrigadas a irem para a fábrica e se tornam submissas às chefias em função da necessidade do emprego, sendo comum serem molestadas sexualmente (LIMA, 1992).

Depoimentos de diretores/gerentes de fábricas locais, referindo-se às dificuldades de utilizar trabalho feminino, quando da instalação das indústrias, destacavam as resistências de pais e maridos. Para o homem, manter a mulher em casa é um sinal de que é capaz de manter seu papel como provedor e garantia de uma vida doméstica mais cômoda (DURHAN, 1980, p.20)¹⁰. Entretanto, deve ser lembrado que as fábricas tradicionais utilizavam essa mão de obra. A fábrica Tibiry (Cia. de Tecidos Paraibana) na cidade de Santa Rita, possuía vila operária e seu turno de trabalho tinha um intervalo de quatro horas. Entrava-se

¹¹ Veja-se também a discussão de ZALUAR (1985) e TELLES (1994) sobre a ética do provedor e o valor moral atribuído à vida voltada ao trabalho e a família.

às seis horas da manhã, saía-se às dez, entrava-se às quatorze e saía-se às dezoito horas. Este horário possibilitava às operárias a manutenção de um cotidiano doméstico sem alterações substanciais.

Nas famílias entrevistadas, o trabalho da mulher na fábrica, às vezes com maior salário e “direitos” frente ao marido desempregado e/ou vivendo de bicos no setor informal, se não desloca os papéis familiares tradicionais, cria uma **situação de questionamento** desses papéis. Esta situação aparece, por um lado, numa posição menos passiva da mulher com relação à divisão das tarefas domésticas e cuidados dos filhos, com referências desabonadoras ao marido que podem ser irônicas - preguiça e vagabundagem - ou piedosas - ele tenta, mas não consegue; ele não tem leitura. Por outro lado, a resposta do homem às frustrações frente a um mercado de trabalho restrito, sua dificuldade de reagir dada sua precária formação e o questionamento familiar de seu papel de chefe e provedor, enfim, do seu papel do “homem” da casa, aparece através do alcoolismo e da violência contra a mulher e a família.

A situação familiar aparece com forte centralidade, submetendo o trabalho às suas determinações, pelo menos em termos de representações. No cotidiano evidencia-se o contrário, com a questão do trabalho subvertendo a situação familiar, questionando papéis estabelecidos, reconstruindo identidades sociais.

TRABALHO, RESISTÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

A máquina eliminou a exigência de força física mas substituiu-a pela necessidade de destreza, habilidade, atenção, vigilância. A racionalização do trabalho levou a extremos a utilização de tempos e movimentos na fábrica, tornando o trabalho mais simples porém mais intenso, com a eliminação dos chamados “tempos mortos”. Não necessita de conhecimentos demoradamente apreendidos: treinamentos no local de trabalho dão conta rapidamente da aprendizagem. O controle sobre o trabalho se manifesta através de sua organização dentro da empresa: tempos das máquinas, hierarquia de cargos e salários e basicamente disciplina mantida por incentivos variados no qual predomina o **medo do desemprego**.

As três principais fábricas têxteis são distintas no que se refere à modernidade tecnológica e organizacional. A maior delas (que daqui para frente chamaremos de 1), de um grupo multinacional possui máquinas com graus de modernidade variável. Funcionando desde a década de 70, já foi a mais moderna; hoje, tecnologicamente, convivem

algumas gerações de máquinas. Entretanto é a única empresa com uma política de recursos humanos “moderna”, utilizando-se de técnicas organizacionais e políticas de benefícios para seus empregados e com salários acima da média local.

A fábrica de tecnologia mais recente (a 2) é do final dos anos 80. Também mantém um salário diferenciado, mas é considerada a mais autoritária no trato com seus operários, possuindo ainda problemas técnicos como poluição em suas dependências, fator de reclamações constantes dos trabalhadores.

Por fim a terceira (a 3), de um grupo local, é de gestão mais tradicional, com o gerente de produção resolvendo tudo, com salários mais baixos, utilização majoritária de mulheres e menores, maior rotatividade e máquinas menos modernas.

Na indústria têxtil, a natureza do processo de trabalho exige ainda a utilização de mão de obra intensiva. O caráter descontínuo do processo implica a utilização de um grande número de operadores de máquinas e ajudantes e, em menor escala, mecânicos e técnicos. Com exceção desses dois últimos que necessitam de uma maior escolaridade e formação técnica, os demais aprendem no cotidiano do trabalho. Dado os distintos tipos de máquinas utilizadas - teares, conicaleiras, - os trabalhadores se especializam em sua manipulação - o que facilita sua permanência no mercado de trabalho, neste ramo fabril. Tal aprendizado é percebido como profissionalização, fazendo com que, tendencialmente, o operário procure emprego em fábricas têxteis.

O primeiro emprego industrial implicou, para os operários entrevistados, começar do nada, varrendo o chão de fábrica e observando os colegas, obtendo então o “**reconhecimento**” de algum superior hierárquico, que os colocou para operar máquinas. Este reconhecimento passa pela **relação pessoal**, significando **uma quebra da impessoalidade burocrática da empresa**. Cabe ao chefe “ir com a cara”, ser popular, etc...

Edimilson conta que o colocaram para trabalhar dentro da fábrica, para varrer o salão :

o contra-mestre se deu muito comigo, (era)popular, assim com três meses de trabalho foi chegando lá umas máquinas do sul, estrangeiras, aí ele disse: vamos fazer assim: vou mandar você operar aquela máquina hoje e de amanhã em diante você continua nela...Me levou lá e disse: esse rapaz vai observar...Fiquei um mês aprendendo e ele me levou pro gerente e disse que eu merecia ser um operador.

Três meses de experiência, uma praxe na maioria das empresas, é o tempo do trabalhador ser avaliado, e necessário para as exigências de aprendizado. A percepção da capacidade, vista com orgulho pelos operários que deram conta do recado, reflete não apenas o esforço pessoal mas também as relações pessoais estabelecidas no ambiente de trabalho:

...então eu comecei como armador, peguei amizade com o menino que trabalhava com a máquina e ele foi me ensinando...

Entretanto as experiências de aprendizado são distintas. Em algumas fábricas existem instrutores (normalmente um operário mais antigo) para os novatos, eliminando ou pelo menos reduzindo essa informalização

A questão da tecnologia e da intensidade do trabalho nas fábricas é percebida por trabalhadores com preocupação: novas máquinas, maiores exigências.

Miguel relata sua experiência na fábrica:

...aqui não tem nenhuma fábrica que tem essas máquinas(...) é muita responsabilidade, porque os patrões exigem muito dos funcionários; a gente tem aquela preocupação. Eles ameaçam as pessoas, se quebrar uma máquina leva justa causa. Quando saio de casa já saio preocupado. As vezes elas estão com defeitos, a gente pede pra colocarem um mecânico ou eletricista para ajeita-las e eles não estão nem aí...

O operário se sente estressado frente a possibilidade da máquina quebrar e ser acusado eventualmente de responsável, constituindo-se esta tensão em um elemento a mais de pressão sobre o operário. Estamos diante, nas palavras de DEJOURS do “sofrimento invisível” (1988).

Todos os entrevistados trabalhavam as oito horas em pé, tomando conta de várias máquinas, e andando o tempo todo. Não podiam ficar parados:

...as máquinas são modernas, produzem mais e a quantidade de funcionários é a mesma. A gente trabalha em pé e trabalha demais porque as máquinas dão muita produção.

As exigências da produção não permitem que o operário pare para nada. A quebra de uma máquina diminui o ritmo, folgando um pouco mais, todavia não se fica parado: *...quebra uma máquina ficam sete pra gente tomar conta* (Cleverson). A ida ao banheiro, lanche ou almoço,

pressupõe que o companheiro tome conta das máquinas na sua ausência:...*o tecelão para ir ao banheiro tem que pedir homenagem aos outros.*

Mesmo assim o operário sempre encontra formas de resistir, de parar um pouco, de respirar. LINHART (1986) relatando a experiência em uma indústria automobilística francesa, refere-se ao adiantamento de operários na linha de montagem como forma de permitir que um pare para fumar um cigarro ou descansar um pouco.

Mário relata sua estratégia para “respirar um pouco” e enganar o supervisor:

...passo 8 horas andando. Quando estou muito cansado...eu uso certas estratégias: eu me sento, ou me agacho atrás do tear, faço que estou pegando alguma coisa, vou ao banheiro, demoro um pouco."

A volta pra casa, para a esfera privada, onde se deixa de ser um “apêndice da máquina” e se volta a ser pessoa é o momento mais esperado: *é saudável (sair da fábrica) na hora de deixar a máquina, o horário de trabalho, pensando em ir pra casa, é um alívio.* Mesmo sabendo que em casa o que o aguarda é a precariedade do cotidiano.

A característica do trabalho moderno, onde o trabalhador está desvinculado do resultado do que produz e de como produz, faz com que o trabalho perca qualquer sentido de realização pessoal. Trabalho confunde-se com emprego e emprego com necessidade. Necessidade de subsistência, necessidade de colocar no mercado a mercadoria que dispõe: a força de trabalho. Dessa forma, para o assalariado a importância do emprego, além de garantir sua reprodução enquanto força de trabalho, significa a integração no sistema de produção pelas possibilidades de acesso a bens de consumo materiais e simbólicos.

Desemprego é sinônimo de não trabalho que é, por sua vez, na escala valorativa da sociedade capitalista, vagabundagem. Trabalhar é não ser vagabundo, ter saúde é poder trabalhar, estudar é a possibilidade de arrumar um emprego melhor e ganhar mais. Ganhar mais é realizar-se. Com isso perde-se a noção da realização pessoal por uma atividade criativa.

FALETTO (1966) destacava que a imagem da sociedade construída pelo operário latino-americano estava mais vinculada à cidade e suas possibilidades de integração e consumo do que pelo trabalho; dessa forma o trabalho industrial seria mais contingente do que objetivo. Mesmo com várias gerações operárias, poderíamos discutir a efetiva formação de uma ética do trabalho nas sociedades de industrialização recente, e a interiorização, por parte dos trabalhadores, dos valores da “sociedade industrial”.

Numa região como o Nordeste - com uma industrialização incipiente e a miserabilidade da maioria de sua população, onde até os governos estaduais e municipais nem sempre pagam o salário mínimo - essa internalização é, digamos, complicada, ficando limitada àqueles indivíduos que conseguiram “entrar” e “permanecer” no mercado de trabalho formal.

O trabalho como aprendizado das normas sociais vigentes é ressaltado por uma operária que afirma não saber ficar em casa sem fazer nada (já que os afazeres domésticos não são vistos como trabalho):

trabalho é bom porque a gente começa logo cedo a ter responsabilidade, a chegar(cedo), saber bater um cartão, a não chegar atrasado...

Ou, ainda, um sindicalista que afirma que o trabalho ajuda a organizar a vida:

você se sente realmente homem trabalhando, a pessoa que não trabalha é um parasita.

Severino declarou que trabalhando a pessoa *é vista com mais dignidade e veja só um rapaz namorando com uma moça, se for na casa dela, a primeira coisa que o pai pergunta é se ele trabalha...*

Trabalhar pode significar autonomia, dignidade, enfim organizar a vida. Tudo isso, todavia, tem que ser acompanhado de salários dignos, caso contrário, *se a gente não ganha para sobreviver dignamente, trabalhando (a vida) nem piora, nem fica melhor...*

A participação nas atividades sindicais é ilustrativo da sociabilidade no trabalho e fora dele, refletindo também as diferenças existentes entre homens e mulheres na administração do tempo livre.

O que mais chama a atenção nas falas dos operários sobre o sindicato é sua externalidade. As características da industrialização local e a reduzida mobilização fazem com que o sindicato (mesmo vinculado a correntes combativas do sindicalismo nacional), seja percebido mais pelo seu caráter assistencial ou potencialmente de ajuda, do que como organização de classe.

As declarações confluíam para: “**eles** ajudam muito”. Na verdade, a percepção do sindicato como uma instituição de fora tal como a empresa, ou o INSS, onde a participação do trabalhador é mais retórica do que real.

Helena diz não participar do sindicato, mas acha que “*eles ajudam*”, “*falam sobre o salário da gente, fazem reunião e conseguem alguma coisa...*” Já Josineide participa do sindicato, diz que quando tem greve está

sempre no meio. Ela também acha que “*eles ajudam muito o operário, dão uma força...*” Severino também é sócio do sindicato, mas “*nunca precisou, graças a Deus*”. Ele disse que ficou sócio por influência de um colega mas acha que não resolve muito a situação do operário.

O discurso passa do **eles** para o **nós** apenas entre os militantes que destacam a importância do sindicato e reclamam das dificuldades em conscientizar os companheiros *que acham que o mundo deles é só aquilo ali...* e que não percebem *que é a única arma que temos para ir contra os empresários*.

As dificuldades do sindicalismo local refletem os limites do mercado de trabalho e o fantasma do desemprego sempre no horizonte. No caso têxtil, significa, para permanecer no mercado, mudar de estado, cidade e mesmo região. Mesmo considerando os salários baixos das fábricas e as insatisfações com as condições de trabalho, para o operário, o emprego é prioridade, situação que dificulta a ação sindical. Reflete também a ausência de uma cultura operária significativa manifesta num cotidiano onde a luta contra a exploração no trabalho é permanente na organização da vida pessoal e familiar. Ao contrário, o mundo do trabalho reproduz relações sociais e políticas marcadas pelo compadrio e a ideologia do favor, onde a cidadania é um espaço ainda incipiente e em construção.

A noção de cidadania como participação é restrita. Os direitos do emprego “formal” não se generalizam em outras esferas, e a **instabilidade** da condição operária inibe a luta. Dessa forma, com exceção de operários militantes na atividade sindical, por convicção, profissionalização, ou mesmo por falta de alternativas (aqui referido aos participantes de movimentos que, para evitar o desemprego, passaram a ter atuação sindical), a massa de operários vê seu sindicato como mais uma “repartição”, onde seu acesso também é limitado. Sua participação restringe-se à procura de serviços ou a uma mobilização eventual para reivindicação de direitos.

MOBILIDADE, ESPAÇO E TEMPORALIDADE - CONCLUSÃO

Enquanto categoria social, os operários têxteis refletem a história econômica e social paraibana, e o ritmo **lento** de suas mudanças, inseridas no contexto mais amplo das transformações (desiguais) da sociedade brasileira das últimas décadas.

As falas dos trabalhadores apontaram para situações próximas às estudadas na década de 60 sobre a formação do moderno operariado no Brasil e na América Latina, cujo enfoque central era a origem rural,

a migração e a mobilidade social. Em que pese as diferenças do processo industrializante no Sudeste e no Nordeste do país, além do espaço temporal (trinta anos), muitas das questões atribuídas às representações decorrentes da baixa experiência urbana reaparecem, num quadro sensivelmente distinto. A presença do rural ainda é grande, assim como a mobilidade espacial, não apenas campo-cidade, mas, principalmente, campo-cidade-pequena, cidade média, cidade grande, metrópole e com numerosos retornos onde o meio rural está profundamente modificado pelos contínuos deslocamentos, e as relações sociais e pessoais já foram recodificadas.

A modernidade capitalista convive com arcaísmos nas relações de trabalho no campo e mesmo na cidade dentro de uma funcionalidade dada pelo capital. Isto se evidencia no mundo do trabalho onde a impessoalidade das relações sociais na fábrica convive com a informalidade das redes sociais, do parentesco e até certo ponto do compadrio.

A família aparece com uma forte centralidade na vida social e ocupacional, fato que poderíamos atribuir, num primeiro momento, ao contexto sócio-econômico paraibano, mas que numa visão mais atenta o extrapola, assumindo uma centralidade que compete com o trabalho na organização da vida pessoal. Nas representações operárias, o precede, já que a saída da fábrica representa o retorno à vida, à sua individualidade, marcada pelo grupo familiar. Sua identidade como trabalhador tem na família um espaço valorativo e um espaço de construção dessa identidade, imbricando-se com os valores dominantes na sociedade. Esta constitui-se também como espaço de resistência onde sua individualidade é preservada.

A heterogeneidade da condição operária se não elimina sua especificidade, elimina, todavia, limites espaciais e temporais, onde a permanência no mercado é de extrema instabilidade, comprometendo a formação de identidades coletivas. Nesse contexto, mobilidade social e mobilidade espacial se confundem, nem sempre representando melhoras concretas nas condições de existência, mas tentativas de realização de projetos nessa direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNES, J.A.

1987 Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global.

BOTH, E.

1976 **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- BRANDÃO LOPES, J. R.
1971 **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: DIFEL,.
- CAPPELIN, P.
1990 Lembranças do Sul. **Travessia - Revista do Migrante**, v.3, n.8, set/dez, p.13-17.
- DEJOURS, C.
1988 **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. S.Paulo: Cortez-Oboré.
- DURHAM, E.
1980 A família operária: consciência e ideologia. **Revista Dados**, v.23, n.2.
- DURHAM, E.
1973 **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva.
- FALLETO, E.
1968 Industrialização e classe operária na América Latina. In RODRIGUES, Leôncio Martins. **Sindicalismo e sociedade**. São Paulo: DIFEL.
- FAUSTO NETO, A. M. Q.
1982 **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes.
- HIRATA, H., HUMPHREY, J.
1994 Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.4, n.1/2.
- HOBBSAWM, E. J.
1987 **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HUMPHREY, J.
1982 **Fazendo o "milagre"**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes-CEBRAP.
- KOWARICK, L.
1975 **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAUTIER, B., MARQUES-PEREIRA, J.
1993 **Représentations sociales et constitution du marché du travail. Employées domestiques et ouvriers de la construction en Amérique Latine**. Paris. (mimeo).
- LEITE LOPES, J. S.
1988 **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo-Brasília: Marco Zero-Editora UNB-CNPq.

- LIMA, J. C.
1992 **A formação do operariado fabril no desenvolvimento industrial de Pernambuco.** Tese (Doutorado). São Paulo, FFLCH-USP.
- LIMA, J. C.
1994 Industrialização restrita e condição operária: os têxteis na Paraíba. **Política e Trabalho**, João Pessoa, n.8/10.
- LIMA, J. C., FERREIRA, B. C.
1995 A modernidade inconclusa: a experiência operária no Nordeste. **Cadernos de Ciências Sociais**, João Pessoa, n.35.
- LINHART, R.
1978 **Greve na fábrica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LIPSET, S. M., BENDIX, R.
1963 **Movilidad social en la sociedad industrial.** Buenos Aires: Editorial Universitária.
- LOJKINE, J.
1990 **A classe operária em mutações.** Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- MARX, K.
1975 **O capital: crítica da economia política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,.
- PEREIRA, V. M. C.
1979 **O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis.** Rio de Janeiro: Campus.
- RODRIGUES, L. M.
1970 **Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores.** São Paulo: Brasiliense.
- SADER, E.
1988 **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOUZA-LOBO, E.
1991 **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense-SMC.
- TELLES, V. S.
1992 A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.4, n.1/2, p.53-93.
- THOMPSON, E.
1987 **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.1 A árvore da liberdade.

TOURAINE, A., MOTTEZ, B.

1973 Classe operária e sociedade global. In FRIEDMAN, G., NAVILLE, P.
Tratado de sociologia do trabalho. São Paulo: Cultrix-EDUSP, v.2.

VELHO, G.

1994 **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar.

ZALUAR, A.

1985 **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense.